

**BBVA BBVA Brasil Banco de Investimento S.A.** CNPJ nº 45.283.173/0001-00

**Relatório da Administração** - Senhores acionistas, submetemos à apreciação de V.Sas. o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, de resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido e do fluxo de caixa relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente. Aproveitamos para informá-los que não houve aquisição de debêntures. Os lucros líquidos verificados, após efetuadas as deduções e provisões legais, terão a seguinte destinação: **a)** 5% (cinco por cento) serão destinados ao Fundo de Reserva Legal, deixando tal destinação de ser obrigatória assim que o referido Fundo atingir o valor correspondente a, no mínimo, 20% do capital social; **b)** 5% (cinco por cento) no mínimo para dividendos aos acionistas; e **c)** o saldo remanescente terá o destino que for deliberado pela Assembleia Geral, atendidas as normas legais e estatutárias aplicáveis. A Companhia por deliberação do referendado da Assembleia Geral, poderá fixar e mandar pagar dividendo semestral, trimestral ou mensal, os dois últimos por conta de Lucros Acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. O pagamento de dividendos aprovados pela Assembleia Geral será realizado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação da respectiva Ata, sendo certo que a distribuição das ações, provenientes de aumento de capital, será efetuada no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir do registro na Junta Comercial competente. A Assembleia Geral de Acionistas poderá autorizar a distribuição de lucros aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, na forma da legislação aplicável, em substituição total ou parcial, ou em adição aos dividendos.

São Paulo, 14 de Março de 2024. A Administração			
<b>Balancos patrimoniais em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)</b>			
Ativo	Nota explicativa	12.2023	12.2022
<b>Disponibilidades</b>	4	20	277
<b>Instrumentos financeiros</b>		113.198	112.487
Títulos e valores mobiliários	5	113.198	112.487
<b>Outros ativos</b>		9.687	9.517
Diversos	6	9.687	9.517
<b>Imobilizado de uso</b>		354	425
Imobilizado	7	894	1.035
Depreciação		(540)	(610)
<b>Total do ativo</b>		123.259	122.706

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais)**

	Nota explicativa	Capital social		Reserva de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros/prejuízos acumulados	Total
		Subscrito	Legal	Outras	565			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		56.229	4.023	53.252	565	-	-	114.069
Ajuste a valor de mercado - líquido de impostos		-	-	-	-	162	-	(606)
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	1.716	1.101
Destinações:								
Reserva Legal		-	86	-	-	-	(86)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(86)	(86)
Dividendos distribuídos ref. reservas de lucros excedentes ao capital social	9	-	-	-	-	-	-	-
Absorção de lucros acumulados		-	-	1.544	-	-	(1.544)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		56.229	4.109	54.796	727	-	-	115.861
Ajuste a valor de mercado - líquido de impostos		-	-	-	-	91	-	91
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	2.394	2.394
Destinações:								
Reserva Legal		-	119	-	-	-	(119)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(119)	(119)
Absorção de lucros acumulados		-	-	2.156	-	-	(2.156)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		56.229	4.228	56.952	818	-	-	118.227
<b>Saldos em 30 de junho de 2023</b>		56.229	4.109	54.226	815	-	-	115.379
Ajuste a valor de mercado - líquido de impostos		-	-	-	-	3	-	3
Lucro do 2º semestre 2023		-	-	-	-	-	2.964	2.964
Destinações:								
Reserva Legal		-	119	-	-	-	(119)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(119)	(119)
Absorção de lucros acumulados		-	-	2.726	-	-	(2.726)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	10	56.229	4.228	56.952	818	-	-	118.227

**Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)**

**1. Contexto operacional:** O BBVA Brasil Banco de Investimento S.A. ("Banco"), é uma sociedade anônima de capital fechado, integrante do grupo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria - BBVA, tem por objetivo principal a prática de operações de investimento, a administração da carteira de valores mobiliários e fundos de investimento. O Banco, situado à Rua Campos Bicudo, 98 CJ. 162, Jardim Europa, São Paulo - SP, mantém, basicamente, aplicações em fundos de investimentos e ações em companhias abertas (nota explicativa nº 5) para gerenciamento do seu caixa. **2. Base de preparação e elaboração das demonstrações financeiras: a. Práticas contábeis:** As Demonstrações Financeiras do Banco foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e com a Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/1976, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20. As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Banco conseguirá manter suas ações e cumprir suas obrigações de pagamento nos próximos exercícios. A autorização para a conclusão das Demonstrações Financeiras, foi dada pela Administração em 14 de março de 2024. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologada pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN: **• CPC 00 (R1)** - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil - financeiro, homologado pela Resolução CMN nº 4.144/2012; **• CPC 01 (R1)** - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08; **• CPC 02 (R2)** - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações financeiras. CMN nº 4.524/2016; **• CPC 03 (R2)** - Demonstrações dos fluxos de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08; **• CPC 04 (R1)** - Ativo Intangível. CMN nº 4.534/2016; **• CPC 05 (R1)** - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09; **• CPC 10 (R1)** - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11; **• CPC 23** - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; **• CPC 24** - Evento subsequente - homologada pela Resolução CMN nº 3.973/11; **• CPC 25** - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; **• CPC 27** - Ativo Imobilizado CMN nº 4.535/2016; **• CPC 33 (R1)** - Benefícios a empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15; **• CPC 41** - Resultado por ação - homologado pela Resolução CMN nº 3.959/2019; **• CPC 46** - Mensuração do valor justo - homologado pela Resolução CMN nº 4.748/2019. Atualmente, não é possível estimar quando os demais pronunciamentos contábeis do CPC serão aprovados pelo BACEN. A Administração do Banco concluiu que na presente data, não são esperados efeitos decorrentes da entrada em vigor desses novos pronunciamentos. **3. Principais práticas contábeis: a. Auração de resultado:** As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência. **b. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos sejam iguais ou inferiores à 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. **c. Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados, conforme circular BACEN nº 3.068/11, da seguinte forma: **• Títulos para negociação** - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são apresentados no ativo circulante e avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; **• Títulos disponíveis para venda** - que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzido dos efeitos tributários; e **• Títulos mantidos até o vencimento** - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. As aplicações em fundos de investimento estão classificadas na categoria de títulos para negociação, de acordo com a Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, e são atualizadas diariamente conforme o valor da cota divulgada pelo administrador dos fundos. Os rendimentos correspondentes são apropriados nas contas de resultado. As aplicações em ações estão classificadas como na categoria de títulos disponíveis para venda e registradas ao custo de aquisição e atualizadas conforme cotações divulgadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. **• Mensuração do valor de mercado** Uma série de políticas e divulgações contábeis do Banco requer a mensuração de valor de mercado para ativos e passivos financeiros. O Banco estabeleceu controle relacionado à mensuração de valor de mercado sobre a valorização e desvalorização das cotas dos fundos de investimentos e das ações compostas nos títulos e valores mobiliários de seus instrumentos financeiros ativos. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Alta Administração. Ao mensurar o valor de mercado de um ativo ou um passivo, o Banco usa dados observáveis de mercado, de acordo com a resolução 4.748/2019 do BACEN. Os valores de mercado são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **• Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **• Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **• Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). O Banco reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor de mercado no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, caso aplicável. **d. Ativos circulante e realizável a longo prazo e passivos circulante e exigível a longo prazo.** São demonstrados pelos valores de realizações e compromissos estabelecidos nas contratações, incluindo, quando aplicável, os rendimentos ou encargos auferidos ou incorridos até a data do balanço. **e. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais fiscais e previdenciárias** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, e Carta-Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, da seguinte forma: **• Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; **• Passivos contingentes:** É determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis das ações. A determinação da provisão necessária para essas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais. Estão provisionadas as contingências para aquelas ações que julgamos como provável a possibilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação; Os avaliados com risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados, e os avaliados com risco de perda remota não requerem provisão nem divulgação. **• Obrigações legais:** referem-se a processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, os montantes discutidos são integralmente provisionados e atualizados de acordo com a legislação vigente. Os depósitos judiciais eram mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN. **f. Imposto de renda e contribuição social:** Provisionados às alíquotas abaixo demonstradas considerando para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo. **Alíquota (%)**: Imposto de renda: 15,00; Adicional de imposto de renda: 10,00; Contribuição social: 20,00; PIS: 0,65; COFINS: 4,00. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15 e retornou à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Em novembro de 2019 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 103 que estabelece no artigo 32, a majoração da alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido dos "Bancos" de 15% para 20%, com vigência a partir de março de 2020. Em março de 2021 foi instituída a Medida Provisória nº 1.034 que estabelece em seu Inciso III do artigo 1º nova majoração da alíquota de contribuição social para 21%, com vigência a partir de julho de 2021. A partir de 1º de janeiro de 2022 houve alteração de seu parágrafo único do artigo 1º nova majoração da alíquota de contribuição social para 21%, com vigência entre 1º de agosto de 2022 e 31 de dezembro de 2022. Para o ano de 2023 a alíquota para CSLL de bancos passou a ser de 20%. **g. Estimativas contábeis:** A elaboração de demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem imposto de renda diferido e provisão para contingência, no entanto, para este último, não há a necessidade de sua constitui-

**Demonstrações de resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais, exceto o lucro por lote de mil ações)**

	Nota 2º semestre explicativa	2º semestre		
		2023	12.2023	12.2022
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		7.598	13.889	13.937
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5c	7.598	13.889	13.937
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		7.598	13.889	13.937
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>		(2.049)	(9.012)	(8.983)
Receitas de prestação de serviços	13f	4.001	4.001	4.234
Despesas de pessoal	13a	(3.884)	(9.019)	(9.487)
Despesas administrativas	13b	(1.982)	(3.442)	(2.991)
Despesas tributárias	13c	(395)	(714)	(742)
Outras receitas operacionais	13d	301	362	684
Outras despesas operacionais	13e	(90)	(200)	(681)
<b>Resultado operacional</b>		5.549	4.877	4.954
<b>Resultado não operacional</b>			103	
<b>Resultado antes da tributação sobre o prejuízo e participações</b>		5.549	4.980	4.954
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		(2.585)	(2.586)	(3.238)
Provisão para imposto de renda	12a	(1.622)	(1.623)	(1.911)
Provisão para contribuição social	12a	(963)	(963)	(1.327)
<b>Lucro líquido do exercício/semestre</b>		2.964	2.394	1.716
<b>Lucro líquido por lote de mil ações - R\$</b>		53	43	31

**Demonstrações de resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)**

	Nota explicativa	2º semestre		
		2023	12.2023	12.2022
<b>Lucro líquido do exercício/semestre</b>		2.964	2.394	1.716
<b>Itens que podem ser subsequentemente classificados para o resultado</b>				
Valor justo de títulos disponíveis para venda		(23)	141	217
Impostos diferidos sobre valor justo		26	(50)	(55)
<b>Total dos itens que podem ser subsequentemente classificados para o resultado</b>		3	91	162
<b>Total dos resultados abrangentes do exercício/semestre líquido dos impostos</b>		2.967	2.485	1.878

**Itens que podem ser subsequentemente classificados para o resultado**

ção por não haver processos sujeitos a perdas prováveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As estimativas e premissas são revisadas, no mínimo semestralmente. **h. Resultado recorrente / não recorrente:** As políticas internas do BBVA Brasil Banco de Investimento consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social da instituição previsto em seu Estatuto Social, ou seja, "a prática de operações de investimento, administração de carteira de valores mobiliários, fundos de investimento, participação ou financiamento a prazo médio e longo, para suprimento de capital fixo ou de movimento de empresas do setor privado, mediante aplicação de recursos próprios e coleta, intermediação e aplicação de recursos de terceiros". Além disto, a Administração do Banco considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência. Observado esse regramento, salienta-se que o prejuízo líquido do Banco no 1º semestre de 2022, no montante de R\$ 1.615 mil, foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

**4. Componentes de caixa e equivalente caixa:** O caixa e equivalentes de caixa estão assim representados:

Caixa e equivalentes de caixa	12.2023	12.2022
Moeda Nacional	20	277
<b>Total</b>	20	277

**5. Títulos e valores mobiliários:** A carteira de títulos e valores mobiliários classificada na categoria de títulos para negociação (cotas de fundos) e disponíveis para venda (ações) está assim representada:

5a. Diversificação por tipo	12.2023	12.2022
<b>Carteira própria</b>		
Cotas de Fundos	111.664	111.093
Título de valores mobiliários	1.534	1.393
<b>Total</b>	113.198	112.486

Fundo de investimento Itaú HIGH GRADE RF CRED PRIVADO	32.094	60.242
Fundo de investimento Itaú CORP PLUS RENDA FIXA	5.936	16.258

**7. Imobilizado e Depreciações**

Custo	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos informática e comunicação	Benfeitorias	Total
Saldos em 31/12/2022	37	33	86	551	298	30	1.035
Adições	-	-	-	14	51	-	65
Baixas	-	-	-	(206)	-	-	(206)
<b>Saldos em 31/12/2023</b>	37	33	86	359	350	30	894

Depreciação acumulada	12.2023	12.2022
Saldos em 31/12/2022	(37)	(29)
Adições	-	(1)
Baixas	-	191
<b>Saldos em 31/12/2023</b>	(37)	(30)

Saldos em 31/12/2022	12.2023	12.2022
Saldos em 31/12/2022	-	4
Saldos em 31/12/2023	-	3

8a. Outros Passivos: 8a. Contas a Pagar	12.2023	12.2022
Fornecedores	43	203
<b>Total</b>	43	203

8b. Fiscais e previdenciárias	12.2023	12.2022
Provisão para imposto de renda	1.084	1.911
Provisão para contribuição social	854	1.327
<b>Outros Impostos e contribuições pagar</b>	594	663
<b>Total</b>	2.532	3.901

8c. Provisões para encargos trabalhistas	12.2023	12.2022
Provisão de Férias	334	384
Provisão INSS sobre Férias	86	99
Provisão FGTS sobre Férias	27	31
Provisão de bônus a pagar	1.136	1.523
<b>Total</b>	1.583	2.037

9. Outros instrumentos financeiros passivos	12.2023	12.2022
Dividendos a Pagar	206	86
<b>Total</b>	206	86

10. Patrimônio líquido	12.2023	12.2022
Capital social	56.229	56.229
Reservas de lucros	56.952	54.796
Reserva legal	4.228	4.109
Ajuste de avaliação patrimonial	818	727
<b>TOTAL</b>	118.227	115.861

**a. Capital social:** O capital social em 31 de dezembro de 2023, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 56.229.134 ações ordinárias nominativas (2022 por 56.229.134), com o valor nominal de R\$ 1,00 por ação. Sendo o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A. o acionista que corresponde a 99,99% das ações. **b. Destinação do lucro:** A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício de acordo com o Estatuto Social, até o limite de 20% do capital social definido pela legislação societária. Em 31 de dezembro de 2023 houve a constituição de reserva legal sobre o lucro líquido do exercício, no montante de R\$ 119, e a destinação de dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 119, sendo o saldo remanescente de R\$ 2.156 destinado as reservas de lucros. O ajuste de avaliação patrimonial refere-se a marcação a mercado da posição em ações da instituição no valor de R\$ 818 (R\$ 727 em 2022). **11. Provisões e passivos contingentes: 11a. Ativos contingentes.** Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não havia ativos contingentes registrados. **11b. Ao final do período em 31 de dezembro de 2023 existiam os seguintes passivos contingentes** - Existem passivos contingentes referentes a processos de natureza tributária e cível, classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos externos, com os riscos de perdas possível e remota, não reconhecidos contabilmente. No momento, o Banco não possui processos prováveis.

31 de dezembro de 2023 e R\$ 302 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022	correspondentes a 2 processos.
---	--------------------------------

Tipo de Ação	Natureza	Grau de Risco	Amadurecimento/ Fase processual	Valor da Ação
Pedido de Efeito Suspensivo	Cível	Possível	O processo encontra-se na fase de pagamento de custas finais	7.774,39
		Possível	Em 13/05/2022 transitou	

(Continuação) **12b. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos** Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a instituição não possuía saldo negativo de IRPJ e base negativa de CSLL. Os créditos tributários, originados pela possível venda de ações do banco, foram constituídos às alíquotas vigentes sobre as ações das companhias em abertas. O montante de créditos tributários em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 668 e em 31 de dezembro 2022 foi de R\$ 618. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social estavam dispostos da seguinte forma:

	31/12/2023					31/12/2022				
	Base IRPJ	Base CSLL	IRPJ	CSLL	TOTAL	Base IRPJ	Base CSLL	IRPJ	CSLL	TOTAL
Título de valores mobiliários - ações em companhias abertas	1.533	1.533	383	307	690	1.393	1.393	348	292	640
Custo histórico dos títulos de valores mobiliários	(49)	(49)	(12)	(10)	(22)	(48)	(48)	(12)	(10)	(22)
<b>TOTAL</b>	<b>371</b>	<b>291</b>	<b>668</b>			<b>336</b>	<b>282</b>	<b>618</b>		

Os impostos diferidos são compostos por ações em companhias abertas e reconhecidos no patrimônio líquido sem estimativa de realização, podendo ser alienadas a qualquer tempo, portanto, não havendo previsão de realização dos créditos tributários.

### 13. Demonstração do Resultado

	2º semestre - 2023			2022			2023			2022		
	12.2023	12.2023	12.2022	12.2023	12.2023	12.2022	12.2023	12.2023	12.2022	12.2023	12.2023	12.2022
<b>13a. Despesas com pessoal</b>												
Benefícios	561	1.100	844									
Encargos sociais	800	1.989	1.702									
Proventos	2.493	5.867	6.869									
Treinamento	30	63	72									
<b>Total</b>	<b>3.884</b>	<b>9.019</b>	<b>9.487</b>									

### 13b. Despesas Administrativas

	2º semestre - 2023			2022			2023			2022		
	12.2023	12.2023	12.2022	12.2023	12.2023	12.2022	12.2023	12.2023	12.2022	12.2023	12.2023	12.2022
Despesas de Água, Energia e Gás	18	35	32									
Despesas de Aluguéis e Condomínios	146	301	300									
Despesas de Comunicações	85	170	176									
Despesa Manutenção de Bens	-	0	-									
Despesas de Material	2	15	9									
Despesas de Publicações	18	36	32									
Despesas de Seguros	17	34	26									
Despesas do Sistema de Serviço Financeiro	10	26	26									
Despesas de Serviços de Terceiros	135	228	332									
Despesas de serviços, vigilância e segurança	121	244	230									
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	1.305	2.002	1.596									
Despesas de Transportes	34	72	67									
Despesas de amortização e depreciação	70	121	82									
Outras Despesas Administrativas	21	158	83									
<b>Total</b>	<b>1.982</b>	<b>3.442</b>	<b>2.991</b>									

### 13c. Despesas Tributárias:

	2º semestre - 2023			2022			2023			2022		
	12.2023	12.2023	12.2022	12.2023	12.2023	12.2022	12.2023	12.2023	12.2022	12.2023	12.2023	12.2022
Cofins	317	571	584									
Pis	52	93	95									
IPTU	16	34	22									
Outros impostos e taxas	9	15	14									
IOF / IOC - despesas tributárias	1	1	27									
<b>Total</b>	<b>395</b>	<b>714</b>	<b>742</b>									

**A Diretoria** **Locatelli Consulting Solutions Ltda.** CRC/SP 2SP 026.948/O-9

**Ouvidoria:** Tel.: 0800-772-3500

**Rodrigo Martins**

Contador Responsável - CRC 1SP 278.846/O-4

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras:** À Diretoria e Acionistas do **BBVA Brasil Banco de Investimento S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do BBVA Brasil Banco de Investimento S.A. ("BBVA") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BBVA Brasil Banco de Investimento S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção

ção são os diretores executivos. A remuneração paga aos Administradores no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi no montante de R\$ 3.141 (R\$ 2.885 em 31 de dezembro de 2022), registrada na rubrica despesas com pessoal. **15. Outras informações:** a. No exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e dezembro de 2023, o Banco não operou com instrumentos financeiros derivativos. b. Os ativos foram revisados e nenhuma perda por impairment foi reconhecida no período. c. No exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e dezembro de 2022, não existiam aplicações em títulos classificados como mantidos até o vencimento. d. A administração do BBVA avaliou potenciais efeitos nas operações locais e internacionais (controlador) decorrentes da pandemia COVID-19 e concluiu que não existem impactos significativos, bem como alterações relevantes nas estimativas utilizadas na apresentação das demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2023. **16. Acordo de Basileia (limite operacional):** Conforme permitido pela Resolução nº 2.283 do Banco Central do Brasil de 5 de junho de 1996 os limites do Banco são calculados com base na totalidade dos ativos. O índice de Basileia para 31 de dezembro de 2023 foi de 75,14% (77,96% em dezembro de 2022). **17. Gerenciamento de riscos:** Em que pese à condição atual pré-operacional, o Banco adota uma estrutura voltada para o gerenciamento e mitigação dos Riscos e em conformidade com as Resoluções em vigor: **17a. Gerenciamento da estrutura de capital:** A Companhia mantém estrutura de gerenciamento de capital integrada à estrutura de gerenciamento de riscos, que permite o monitoramento e o controle do seu capital, com o objetivo de avaliar a sua adequação em relação aos riscos inerentes às atividades da instituição, seguindo os requerimentos da Resolução CMN nº 4.606 de 19 de outubro de 2017. A companhia está enquadrada no segmento S4 e na metodologia simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência (PRSA), mantendo patrimônio líquido mínimo dentro dos limites da regulamentação do Banco Central do Brasil. **17b. Risco operacional:** O risco operacional é a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. O gerenciamento do risco operacional é efetuado pela área de Gestão de Riscos, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17. A Companhia possui política e procedimentos que visam o monitoramento, a identificação e a gestão de risco de forma integrada, busca constante por melhoria na eficiência e eficácia dos processos e respectivos controles, reporte de informações tempestivas à alta administração. **17c. Risco de mercado:** O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia. O gerenciamento do risco de mercado é efetuado pela área de Gestão de Riscos, que mantém independência em relação às operações. A Companhia atua no mercado financeiro com estratégias conservadoras, o que permite a manutenção de níveis baixos de exposição em relação ao risco de mercado e está apta a atender às exigências da Resolução CMN nº 4.557/17. **17d. Risco de liquidez:** Define-se o risco de liquidez como a

possibilidade de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente com suas obrigações esperadas e inesperadas, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado pela área de Gestão de Riscos, por meio do monitoramento diário do limite de caixa disponível. Na gestão de seu risco de liquidez a Companhia busca manter disponibilidades suficientes para uma boa gestão e enfrentamento de situações de estresse. **17e. Risco de crédito:** A diretoria executiva mantém uma adequada estrutura de funcionamento para o atual nível de operação da instituição estando em conformidade com as políticas e normas estabelecidas pelas resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) no tocante e observação e das boas práticas de mercado que envolva possíveis riscos mercado, operacionais, gerenciamento de risco de crédito, ainda que não tenhamos uma carteira ativa de clientes, bem como a gestão de risco de liquidez pautado em política interna de gerenciamento, monitoramento de melhor utilização de recursos existentes para suportar despesas operacionais visando uma adequação de possíveis riscos de crédito, em que se determinam as responsabilidades, estratégias para a identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de risco, de forma integrada e suportada pelo corpo executivo do Banco. **18. Nota de Eventos subsequentes:** A Lei nº 14.446 de 02 de setembro de 2022, altera a Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988 que institui a Contribuição Social sobre o Lucro das pessoas jurídicas. A Lei determina a aplicação, da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido equivalente a 20% (vinte um por cento), no caso de bancos de qualquer espécie, até 31 de dezembro de 2022. Assim a partir de janeiro 2023, a alíquota retorna a 20% de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido permanecendo essa alíquota até dezembro/2023. Em novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção, buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025, sendo que o BBVA Brasil Banco de Investimento S.A., junto ao mercado e ao Banco Central, já iniciou as avaliações de impacto e alterações necessárias para atender sua implementação e sobre a identificação e tratamento dos impactos esperados. Em que pese a condição atual do BBVA Brasil de pré-operacional, é importante mencionar que o Grupo BBVA vem trabalhando na elaboração de um business plan de ativação da licença e crescimento dos negócios no Brasil. Em este sentido, vem atuando em várias frentes para mapear todos os requerimentos e regulação (incluindo Resolução 4.966) necessários junto Banco Central para estar apto a operar a partir do próximo ano. Sobre a referida decisão do STF sobre o julgamento dos Temas 881 e 885 de repercussão geral, não prevemos impactos financeiros relevantes para o BBVA Brasil Banco de Investimento S.A., com relação à CSLL, seja em sua posição de caixa ou nos resultados dos exercícios, já que todos os recolhimentos de CSLL foram feitos integralmente a partir de 2007.

operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 14 de março de 2024. Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. CRC SP-034519/O

Fabício Aparecido Pimenta - Contador CRC-1SP241659/O-9



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>